

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
SESSÃO PLENÁRIA DE 11 a 13 NOVEMBRO DE 2002
Intervenção do Deputado Cabral Vieira

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente e Membros do Governo

O Plano e o Orçamento constituem documentos de grande importância para a economia regional, uma vez que reflectem grandes linhas de orientação e de intervenção do Governo na economia e na sociedade.

Estamos uma vez mais reunidos neste hemiciclo para discutir estes dois documentos para o ano de 2003, assim como uma reprogramação financeira do Plano de Médio Prazo 2001-2004, que resulta da alteração dos cenários económicos e financeiros prevalecentes aquando da sua aprovação em Abril de 2001 e do comportamento do Governo da República.

Nessa altura, a evolução global da economia internacional era francamente positiva. As economias do sudoeste asiático recuperavam e os cenários eram favoráveis quer para a economia americana quer para a europeia. No que respeita à economia nacional, a mesma verificava durante cerca de meia dúzia de anos consecutivos um processo de crescimento acelerado e funcionava ao nível do pleno emprego, ou seja, da plena utilização dos recursos disponíveis.

Como se sabe, estes cenários alteraram-se significativamente, levando algumas organizações como a OCDE, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia a rever as respectivas previsões. O abrandamento do crescimento económico mundial é a nota dominante na maioria dos relatórios, havendo a acrescentar outros elementos como a estimativa do aumento do desemprego, particularmente na economia portuguesa.

Acresce a tudo isto, o facto de as relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas se terem alterado de forma significativa, com óbvios prejuízos para estas. Saliente-se, apenas a título de exemplo, a não transferência de qualquer montante para o processo de reconstrução ao longo do corrente ano - ao contrário que vinha a ser feito pelo anterior Governo -, o impedimento da contracção de um empréstimo de 32,5

milhões de euros aprovados pela Assembleia da República, contrariando o que está estabelecido na lei e o que foi a intenção do legislador, assim como a fixação do endividamento zero às Regiões Autónomas, enquanto o Governo da República reserva para si um endividamento de 4.242 milhões de euros em 2003 (3.1% do Produto Interno Bruto estimado para esse ano).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Membros do Governo

A Proposta de Reprogramação Financeira apresentada pelo Governo Regional dos Açores a esta Assembleia aparece assim num contexto de alteração da envolvente externa da economia regional, mantendo as grandes linhas de orientação estratégica para o investimento público consagradas no Plano de Médio Prazo e procurando manter o rumo de desenvolvimento económico e social em curso e os níveis de confiança dos agentes económicos e sociais.

Como se sabe, os planos não podem ser rígidos, na medida em que representam um conjunto opções estratégicas condicionadas à verificação de determinados cenários, na maioria das vezes determinados por factores exteriores à vontade do Governo. Também não são estáticos mas dinâmicos e como tal passíveis de reprogramação, para fazer face a alterações nas condicionantes externas, como acontece no caso vertente.

A Proposta de Reprogramação agora apresentada, resulta em grande parte numa alteração de factores exteriores à Região, mas a que condicionam, e insere-se dentro da linha de orientação prosseguida pelo Governo Regional dos Açores de dar sinais correctos à sociedade e aos agentes económicos.

A promoção do crescimento económico e do bem-estar dos cidadãos deve estar presente em qualquer Plano. As propostas apresentadas pelo Governo Regional cumprem a esta regra.

Como se sabe, o Produto Interno Bruto por habitante ascende na Região a cerca de 70% da média nacional. Tal diferença resulta essencialmente de dois factores: uma menor

produtividade média do trabalho que se situa em cerca de 80% da média nacional e a uma menor taxa de participação no mercado de trabalho.

Assim sendo, o aumento da produtividade do trabalho, através da qualificação dos recursos humanos e da promoção da modernização dos processos produtivos, assim como a criação de novas oportunidades de trabalho com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho constituem factores decisivos para o processo de desenvolvimento do Açores.

A importância destes elementos dinamizadores do crescimento foi entendida pelo Governo Regional dos Açores, desde o final de 1996, ou seja, desde a tomada de posse do primeiro Governo Socialista na Região. E a obra está à vista. De facto, a governação socialista já tem provas dadas e tem boas provas. Os socialistas já têm passado nos Açores e podem orgulhar-se dele. Podem hoje orgulhar-se de terem mudado e continuarem a mudar os Açores.

A população empregada estagnou entre 1993 e 1996, ou seja, durante o último quadriénio da governação do Partido Social Democrata na Região. Nesse mesmo período, a população desempregada aumentou passando de cerca de 4500 para cerca de 6000 indivíduos. A criação líquida de emprego nesse período foi nula ou até negativa. Entre 1996 e 2000, ou seja durante o primeiro quadriénio da governação Socialista, foram criados em termos líquidos cerca de 9500 postos de trabalho. A população desempregada diminuiu em cerca de 3000 indivíduos.

E tudo isto foi possível apesar das intempéries e das calamidades naturais que assolaram os Açores e que exigiram e continuam a exigir a utilização de um montante significativo de recursos para repor o que foi destruído. E tudo isto foi possível com baixos níveis de endividamento anual e no quadro de um processo de estabilização financeira da Região na sequência dos desequilíbrios encontrados em 1996. Importa lembrar que só entre 1993 e 1995 o endividamento regional aumentou no montante de 324 milhões de euros, sem qualquer efeito visível sobre a estrutura produtiva que se deteriorou significativamente e sobre o mercado de trabalho.

Mas os Açores continuam a mudar. Continuam a mudar durante o segundo mandato da governação socialista. Em 2001, foram criados 3300 postos de trabalho. A actividade produtiva continua a expandir e diversificar-se e o turismo é um sector em franco

crescimento na Região a avaliar quer pelos indicadores da oferta quer pelos indicadores da procura, o que sugere que o emprego continuará a crescer e, conseqüentemente, a Região a desenvolver-se.

Nada disto é fruto do acaso, mas resulta, sem dúvida, duma diferença significativa entre as duas formas de governar. Resulta da existência duma estratégia de desenvolvimento implementada pelo Partido Socialista.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente e Membros do Governo

A avaliação da governação não se mede pelos gastos, mas pelos resultados da mesma. E vive-se, hoje, nos Açores, uma situação muito diferente da encontrada em 1996. Nessa altura, como já tive oportunidade de referir, vivia-se uma verdadeira crise financeira, que resultou do facto do Governo Regional da responsabilidade do Partido Social Democrata, em vez de optar por uma reprogramação, ter gasto acima das suas possibilidades. Nessa altura vivia-se, nos Açores, muito pior do que se vive hoje.

Os Açores assistem actualmente, ao contrário do que se verifica no País, onde por razões sobejamente conhecidas, as expectativas dos agentes económicos foram escusadamente afrouxadas, um período de grande crescimento e de grande dinamismo e confiança dos investidores privados.

Somos, além disso, a Região com a menor taxa de desemprego, 2.2%, ou seja, funcionamos acima do pleno emprego. E muitos, muitos outros indicadores poderiam ser apresentados.

Os açorianos podem orgulhar-se daquilo que o Partido Socialista realizou desde 1996. Podem orgulhar-se também do que se pretende realizar até 2004 e posteriormente àquela data. Ao continuar apostar em 2003 e em 2004 no aumento dos níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas de desenvolvimento, na valorização e no aumento dos níveis de protecção da sociedade açoriana, na promoção da sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida, no aumento da eficiência

da gestão pública e institucional e na recuperação dos efeitos das calamidades, este Governo prossegue com mérito a sua tarefa de desenvolvimento dos Açores.

Governar bem não é o mesmo que gastar muito. Governar bem é acima de tudo compreender as restrições, ainda que externas, e fazer uma utilização correcta e, portanto, eficiente dos recursos disponíveis. É saber fazer os ajustamentos necessários, sem alterar os objectivos iniciais.

Estou certo que o Partido Socialista, a avaliar pela determinação, pelo rigor e pela transparência com que tem conduzido a governação dos Açores nos últimos anos, continuará a fazer com que esta Região progrida e continue a mudar. A avaliar pelo passado outra coisa não seria de esperar.

E espero que continue firme, como até agora, mantendo a posição de que não se pode gastar em cada momento mais do que o que está disponível.

Abdicar desta posição é regredir, é voltar a um passado que não deixou saudades aos açorianos, por mais que isto custe e cause nervosismo e inquietação a alguns partidos da oposição.

Disse!